

RELATÓRIO PARCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA INTERNACIONAL

DATA: 16/6/2009

TEMA: O impacto da crise econômica no desenvolvimento regional do Estado de Minas Gerais

ENTIDADES CONVIDADAS:

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater - MG.

PARLAMENTARES PRESENTES:

Dep. Sebastião Helvécio / PDT (Coordenador dos trabalhos)

Dep. André Quintão / PT

Dep. Antônio Júlio / PMDB

Dep. Dalmo Ribeiro Silva / PSDB

Dep. Domingos Sávio / PSDB

Dep. Jayro Lessa / DEM

Dep. Wander Borges / PSB

Reunião realizada com a presença dos seguintes convidados:

Sr. Raphael Guimarães Andrade, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando o Sr. Alair Barroso, Secretário de Desenvolvimento Econômico;

Sr. Bruno Passeli, Assessor do Subsecretário Tiago Toscano, representando a Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão;

Sr. Ronaldo Lamounier Locatelli, Diretor Executivo da Área de Desenvolvimento Sustentável do BDMG, representando o Sr. Paulo Paiva, Presidente do BDMG;
Prof. Mauro Borges Lemos, Presidente do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais - Cedeplar.

EXPOSITORES:

Sr. Raphael Guimarães Andrade, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico

O Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico, Raphael Guimarães Andrade, destacou a função de atrair investimentos como a principal competência da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Neste sentido, o equilíbrio fiscal foi apontado como condição essencial para a atração desses investimentos. Tendo alcançado esse equilíbrio, e tirando partido de sua localização geográfica estratégica, Minas Gerais vem conquistando credibilidade junto aos investidores e adquirindo vantagens competitivas. Além do equilíbrio fiscal, Raphael Guimarães destacou os outros dois pilares fundamentais nos quais se assenta a política de desenvolvimento do Estado, quais sejam, o da sustentabilidade ambiental e o da responsabilidade social, como sendo necessários para garantir o crescimento sustentável da economia.

No que diz respeito aos efeitos da crise na continuidade do fomento ao desenvolvimento do Estado, o Secretário afirmou que, apesar de a crise ter afetado o PIB e a arrecadação, não houve cancelamento de projetos, apenas a prorrogação destes no âmbito do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – Indi, que possui uma carteira de R\$180 milhões para investimentos. Ademais, o Estado vem adotando ações para a superação da crise, tais como a promoção de investimentos em infraestrutura e logística para viabilizar a atração de investimentos privados; a promoção de investimentos no setor energético, em especial na produção de gás; a implantação do polo aeronáutico e o desenvolvimento da Zona de Exportação – ZPE – de Teófilo Otoni; além da promoção de investimentos no Jaíba, que pode se tornar a nova fronteira agrícola do Estado; e a viabilização das Parcerias Público Privadas – PPP.

Duas grandes iniciativas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico implementadas nos últimos anos foram a implantação da Central Exporta Minas,

promovendo a exportação nos Municípios mineiros, e a ampliação do modal aéreo no Estado.

Sr. Ronaldo Lamounier Locatelli, Diretor Executivo da Área de Desenvolvimento Sustentável do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG

O Sr. Ronaldo Lamounier ressaltou que a crise é global e atinge também o Brasil. Segundo ele, o impacto pode ser observado na queda do preço das *commodities*, que atingiu diretamente nossas exportações, na queda da Produção Industrial, que apresentou variação negativa de 14 pontos percentuais em março de 2009, afetando principalmente os bens de capital e produtos duráveis, na queda da Formação Bruta de Capital Fixo e das Importações do Brasil. A taxa de investimento e poupança – que hoje gira em torno de, respectivamente, 16% e 11,1% do PIB –, teve uma ligeira queda. Não obstante, a massa de salários não sofreu um decréscimo acentuado, sobretudo se comparada a outros países.

Para Lamounier, a razão de a crise financeira não ter causado maiores prejuízos no País se explica, paradoxalmente, pela existência de algumas distorções na economia brasileira. As altas taxas de juros, por exemplo, impediram que o *boom* experimentado nos países desenvolvidos fosse reproduzido no País, e a alta margem de depósitos compulsórios impediu a excessiva alavancagem dos bancos e instituições financeiras.

Por outro lado, com a adoção, nas décadas passadas, das metas impostas pelo FMI, como superávit fiscal, o Brasil conseguiu equacionar a questão da dívida pública, que hoje representa algo entre 36-37% do PIB, nível sensivelmente menor que o dos principais países atingidos pela crise. Isso deixa margem para ações de política monetária e fiscal, ampliando a capacidade de ação do Estado: ainda há margem para baixar os juros e ainda há possibilidade de se investir, sem maiores comprometimentos fiscais, diferentemente do que ocorre hoje nos Estados Unidos e países da Europa.

Apesar das vantagens que o Brasil possui para enfrentar a crise, como o sistema financeiro saudável e a credibilidade do Banco Central, Lamounier destacou que, em termos de crescimento relativo, o País é um dos que mais poderá perder. É certo que as projeções indicam retração maior para países da Zona do Euro, Leste Europeu e Ásia. Entretanto, na comparação com anos anteriores, esses países vinham crescendo menos aceleradamente, ao passo que o crescimento brasileiro era de 5,1%. Para este ano,

projeta-se crescimento negativo de 1,3% para o Brasil, portanto, uma queda de 6,4 pontos percentuais, na comparação com o ano passado, segundo dados do FMI.

Ronaldo Lamounier enumerou as respostas do governo federal e estadual à crise. No nível federal, destacou a redução do compulsório, as linhas de financiamento ao setor exportador, as linhas de financiamento para a compra de carteiras, a venda de dólares, a autorização para a compra de instituições financeiras pelos bancos públicos, a redução da taxa Selic e as medidas fiscais e creditícias adotadas. No nível estadual, ressaltou, no âmbito tributário, o adiamentos nos prazos de recolhimento de impostos e, no âmbito do crédito, as novas linhas de financiamento do BDMG.

O diretor executivo informou que o BDMG aumentou significativamente seus desembolsos, incorrendo numa variação positiva de 89% em relação ao ano de 2008. Apresentou, também, o portfólio de financiamentos do Banco e demonstrou a distribuição dos financiamentos por clientes e setores, de janeiro de 2003 a abril de 2009. O setor privado entre os clientes atendidos recebeu a maior parcela dos recursos (R\$3,8 bilhões), seguido pelo setor público (R\$332,9 milhões) e pelos produtores rurais (R\$168,2 milhões). No setor privado, as grandes empresas concentraram R\$2,5 bilhões de investimentos, e as pequenas e microempresas, respectivamente, R\$496 e R\$233 milhões. Em relação aos setores estratégicos, a indústria da transformação recebeu R\$2,6 bilhões, o comércio, serviços e construção R\$935 milhões, a agricultura, pecuária e silvicultura R\$272 milhões, os serviços industriais de utilidade pública R\$439 milhões e a indústria extrativa mineral R\$439 milhões. Os desembolsos do BDMG para as instituições repassadoras de microcrédito apresentou um crescimento de 416 % no período de 2003 a 2008.

No que diz respeito às perspectivas para a crise, afirmou que o pior já passou, porém que a recuperação será lenta e gradual. Entretanto, os Estados Unidos ainda demandarão muito tempo para se recuperar da crise. Destacou, ainda, que a crise não impacta a economia de maneira homogênea, pois se em alguns setores há queda de atividades, em outros há novas oportunidades. O desafio seria identificar as oportunidades. Além disso, afirmou que o mundo se desenvolverá sobre novas bases, como, por exemplo, a instituição de novos marcos regulatórios para o sistema financeiro.

Propostas apresentadas:

- Investimento em Educação, pois sem educação não há desenvolvimento;
- Melhoria do ambiente institucional – resolver a questão do emaranhado fiscal do País, de forma a alavancar investimentos;

- Redução da carga tributária - carga tributária elevada impede a competitividade da empresa nacional;
- Pequenas e microempresas têm um problema estrutural de dificuldade de acesso ao mercado formal de crédito – os bancos comerciais avaliam mal os projetos apresentados por essas empresas. É necessário que o governo brasileiro apresente soluções para garantir às empresas desse segmento o acesso ao crédito – uma alternativa é a criação de um fundo garantidor de empréstimos, como forma de reduzir o risco de crédito dessas empresas e viabilizar os empréstimos.

Prof. Mauro Borges Lemos, Presidente do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais - Cedeplar

O Presidente do Cedeplar, Mauro Borges, enfatizou os efeitos da crise para os Municípios. Segundo ele, os impactos da crise foram mais relevantes em Municípios caracterizados pela produção voltada para a exportação, como Belo Horizonte, Campinas e São Paulo. Em Belo Horizonte, os efeitos foram mais acentuados pelo fato de o Município ter apresentado elevado crescimento nos últimos anos, ser relativamente industrializado e constituir-se como centro de produção de serviços.

Em relação aos outros Municípios mineiros, o Prof. Mauro Borges destacou que os Municípios carentes foram os mais atingidos, tendo em vista o baixo nível de arrecadação própria e a significativa dependência de repasses do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Dessa forma, o impacto da crise poderia agravar a desigualdade regional no Estado, que já é acentuada. Apesar da existência de programas federais, esses Municípios têm dificuldade para se apropriarem dos recursos disponibilizados, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, pois a transferência depende da apresentação de projetos viáveis, o que os Municípios não têm condições de elaborar, em razão da baixa capacidade de planejamento e gestão. Nesse contexto, o professor questionou:

- a capacidade do governo estadual de garantir os investimentos públicos;
- as ações do governo do Estado junto aos organismos financeiros nacionais e internacionais, com vistas à obtenção de recursos para investimentos;

- como o governo está equacionando a questão da dificuldade dos Municípios mineiros para se apropriarem dos recursos do PAC para alavancar o crescimento econômico.

Propostas apresentadas:

- Utilização de consultores privados para capacitar os gestores públicos municipais com vistas a desenvolver projetos emergenciais capazes de captar recursos, por meio da promoção de forças - tarefa.
- Desoneração da agricultura familiar, por meio da desoneração dos produtos da cesta básica.

Sr. Bruno Passeli, Assessor do Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG

Bruno Passeli afirmou que a crise precipitou a falência do modelo de desenvolvimento econômico adotado até então e impactou fortemente a economia brasileira e mineira, em razão de sermos um Estado exportador.

Ressaltou que o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI, instrumento de planejamento do Estado, possui uma área de resultado específica para o desenvolvimento das regiões mais díspares (Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce), não sendo o planejamento para as demais áreas focado em regiões determinadas. O objetivo, ao se distinguir essa região, é atingir metas de desenvolvimento que as aproximem das demais regiões, como o aumento de sua participação no PIB, a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – e o aumento dos investimentos privados. Destacou também que uma das alternativas do governo para alavancar o desenvolvimento regional é o investimento em infraestrutura nas regiões menos desenvolvidas, com vistas à atração de investimentos privados.

A respeito da continuidade dos investimentos governamentais no Norte de Minas, Bruno Passeli afirmou que, apesar da crise, tais investimentos estão “blindados” e não sofrerão alteração. Se for preciso reduzir custos, será priorizada a melhoria da qualidade dos gastos públicos, por meio da redução de gastos correntes, e não de investimentos.

Deputado Adelmo Carneiro

O Deputado questionou a implicação da desoneração da microempresa e da agricultura familiar na arrecadação do Estado, uma vez que este é um fator importante para a geração de emprego e renda. Indagou também sobre a forte dependência de Minas em relação às exportações de *commodities* e se seria esta a única alternativa viável, dadas as demais potencialidades econômicas do Estado. Sugeriu a exploração dessas potencialidades, a exemplo do turismo e das águas, o que requereria investimentos na qualificação e profissionalização da população.

Dep. Sebastião Helvécio

O Deputado Sebastião Helvécio enfatizou a importância dos governos estarem bem estabelecidos e preparados para o enfrentamento da crise, o que não seria possível no “Estado Mínimo”. Destacou a importância do PMDI, em Minas Gerais, como instrumento de planejamento de políticas públicas.

Ademais, o Deputado observou que os Municípios devem buscar sua vocação e estar aptos a se apropriar das políticas públicas estaduais e federais. Para isso, o Governo de Minas deveria estar preparado para transferir conhecimentos de gestão aos Municípios. Nesse sentido, o Deputado questionou que tipo de atuação efetiva poderia ser proposta para dar capilaridade ao BDMG, ampliando a oferta de financiamentos para as diversas regiões de Minas, como forma de fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Requerimentos apresentados:

O Deputado Adelmo Carneiro apresentou o seguinte requerimento:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, que seja encaminhado ao Governo de Minas (Governador e Secretaria de Estado de Fazenda) solicitação de desoneração total de toda a produção originária da agricultura familiar, como meio de incentivo ao desenvolvimento no campo (geração de emprego, renda e alimentos) e garantia de pleno abastecimento alimentar ao povo mineiro e combate à fome em todo o País.